

DESENVOLVIMENTO LOCAL: AVALIAÇÃO DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO VALE DO JEQUITINHONHA¹

LOCAL DEVELOPMENT: EVALUATION OF A PROJECT OF ALPHABETIZATION AND PROFESSIONAL TRAINING IN THE *JEQUITINHONHA VALLEY*

JOSÉ ULTEMAR DA SILVA¹

RESUMO

Este artigo é resultante de uma pesquisa de Pós-Doutoramento na FEA/USP, cujo objetivo é apresentar os resultados dos trabalhos de campo realizados no Vale do Jequitinhonha-MG, acerca das ações e conquistas do Projeto de Alfabetização e Formação Profissional, desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais. A metodologia aplicada nessa pesquisa é do tipo análise-descritiva, mas complementada com métodos e análises quantitativas. Nesse contexto, foram dezenas de entrevistas e vários questionários aplicados em três municípios da região. Os resultados dessa avaliação evidenciam a eficiência das estratégias do projeto, quando se percebe a importância das parcerias e alianças estratégicas na região.

Palavras-chave: desenvolvimento local, estratégias, parcerias e participação.

ABSTRACT

This article is resultant of a Post-Doctoral research at the FEA/USP, whose objective is to present the results of the works of field carried through works of field in the Valley of the Jequitinhonha-MG, concerning the actions and conquests of the Project of Alphabetization and Professional Formation, developed by the Federal University of Minas Gerais. The methodology used in this researches was the descriptive analysis, but complemented with quantitative analysis. In this context, interviews and some questionnaires were applied in the three cities of the region. The results of the evaluation of this project show the efficiency of its strategies, as well as the perception importance of the partnerships and the strategic alliances in the region.

Keywords: local development, strategies, partnerships and participation.

¹ Data de recepção: 12/07/2007, Data de aprovação: 17/04/2008. Data de publicação: 30/06/2008.

² Professor do Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, SP. Pós-Doutor em Administração pela FEA-USP, Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, Mestre em Economia pela PUC-SP, Especialista em Administração de Empresas pela FECAP, Graduado em Administração pela FATI. ultemar@uninove.br

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas muito se ouve falar em desenvolvimento local, apesar de vários cientistas tentarem criar uma panacéia para resolver o problema da pobreza e da ausência de investimento de determinadas regiões. Muitos se esquecem que cada região possui sua identidade, sua cultura e seus indicadores socio econômicos. Na verdade, muitos não levam em conta que as estratégias de desenvolvimento local pressupõem várias ações integradas nas esferas econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional.

Parte-se do princípio, que já é consenso, de que não é possível discutir o conceito de desenvolvimento local sem referência a modelos de desenvolvimento, conceitos de arranjos e sistemas produtivos locais, participação e solidariedade, produção e competitividade, alianças e parcerias, empreendimentos alternativos, dentre outros, que se articulam e reforçam mutuamente ou que se opõem frontalmente. Dessa forma, a importância das organizações sociais e das redes de ações sociais e intersetoriais vêm, nos últimos anos, tomando lugar nos estudos da sociedade, pois cada vez mais estão preocupadas em entender os processos que engendram a realidade local.

Entretanto, não podemos esquecer que vários agentes estão integrando-se nessa luta, pois no final dos anos 1990, o desenvolvimento local sustentável, emergiu no discurso social como meta para fortalecer o local, enfrentar a pobreza e desigualdades sociais de modo mais efetivo. Nos últimos anos, é inegável a importância das ONGs na promoção do desenvolvimento local sustentável. As inúmeras experiências realizadas pelas diversas organizações não-governamentais, em suas diversas áreas de atuação, contribuem para a construção de

novos padrões culturais, democráticos e éticos em nossa sociedade.

Os debates sobre modelos de desenvolvimento são marcados pelo questionamento da idéia posta pelos economistas clássicos e neoclássicos, baseada na utilização e na taxa de crescimento dos fatores de produção: capital, trabalho, recursos naturais e tecnologia. Assim, sob o argumento desses, o referencial de desenvolvimento é sempre o modelo capitalista industrial de produção e seus parâmetros de crescimento.

Segundo Franco (2003, p.13), "o desenvolvimento local se apresenta como uma das diretrizes difundidas mundialmente para enfrentar as mazelas da desigualdade, pobreza e exclusão presentes especialmente nos países que compõem a periferia do capitalismo."

Assim, a sustentabilidade do desenvolvimento e a redução da pobreza começam a ser alvo de preocupações, o que têm levado cientistas, lideranças e representações da sociedade global e local a repensar as teorias, as políticas e as estratégias de desenvolvimento econômico.

Historicamente, no Brasil, o desenvolvimento local sempre foi subordinado aos interesses dos empresários, que canalizavam recursos para determinada região face à exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra em abundância. No Vale do Jequitinhonha, tomado aqui como base de pesquisa, o resultado desse processo foi a expulsão dos pequenos produtores, a exaustão e contaminação do solo e dos recursos hídricos pelo uso intensivo e indiscriminado de poluentes e agrotóxicos. Tudo isso explica por que o capitalismo e clientelismo produzem desigualdades crescentes, ou seja, uma verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores.

A evolução do desafio de desenvolvimento local e a inflexão correspondente ao seu conceito estão permeadas por mudanças nos padrões de produção, alto desenvolvimento

tecnológico, globalização de mercados e fluxos financeiros. As mudanças promoveram, ao longo do tempo, uma reorganização de instituições e forças promotoras do desenvolvimento, evidenciando novas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade, sobretudo das regiões menos desenvolvidas.

Nesse contexto, a região do Vale do Jequitinhonha compreende 85 municípios mas somente 31 municípios pertencem ao polígono da seca, representando 37.194 Km²; integram a área de atuação da antiga SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Atualmente, em seus 85 municípios, atua a CODEVALE³ (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha), que abrange a área total de 90.441 Km².

Na Verdade, a SUDENE foi criada pelo então Diretor do BNDE, Celso Furtado, em 1959, no Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, para ser um organismo de planejamento e assistência regional. Porém, esse órgão pouco fez pelo Vale do Jequitinhonha, pois Minas Gerais não faz parte da Região Nordeste, evidentemente não podia entrar nessa superintendência. O que políticos e cientistas sociais não analisavam era que, mesmo Minas Gerais não fazendo parte do nordeste, o Vale do Jequitinhonha era e é uma região com problemas assemelhados àqueles das regiões assistidas por esse órgão. Dessa forma, o nordeste do Estado de Minas Gerais foi incluído na área da SUDENE, como exceção.

Nessa região, por meio de parcerias, o Projeto de Alfabetização e Formação Profissional no Vale do Jequitinhonha, com dez anos de existência, foi criado e implementado pela Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto beneficia milhares de habitantes de uma das regiões mais

carentes do Brasil nas áreas de cultura, educação, meio-ambiente, saúde e geração de ocupação e renda (em termos de IDH, representa entre 2000 e 2005 um terço da média do Estado, conforme tabela 1).

Segundo Silva (2000), foi uma decisão política da UFMG atuar nessa região em função de seu compromisso social como universidade pública, empenhada na busca de soluções para os problemas da população, comprometida com o exercício pleno da cidadania e a superação de formas de exclusão e marginalização social.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa parte da iniciativa da Universidade Federal de Minas Gerais, a qual por meio do projeto de Alfabetização e Formação Profissional no Vale do Jequitinhonha vem desenvolvendo atividades de investigação social nessa região, com o objetivo de produzir conhecimentos comprometidos com a transformação das condições de pobreza, que caracterizam essa região.

Além de constituir estratégia para a utilização das potencialidades humanas e dos conhecimentos técnico-científicos, na direção de contribuir para reduzir o quadro de carências da região e possibilitar uma atuação interativa com as comunidades locais, esse projeto não é uma atividade isolada da UFMG. A instituição interage na região com vários outros projetos, por meio de ações integradas entre o governo do Estado de Minas Gerais e Secretarias de Estado de Educação, Cultura, Saúde e Assuntos Municipais. Nesse contexto, os projetos geridos pela UFMG propiciam os benefícios a toda região do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, que são consolidados por ações de médio e longo prazo. No entanto, segundo Silva (2000), são várias as representações locais, de forma a garantir a

³ A CODEVALE foi criada em 1962, a partir dos projetos da SUDENE.

continuidade e conclusão dos projetos. O objetivo é melhorar as condições de vida da população local.

A maioria dos projetos da UFMG na região do Vale do Jequitinhonha é financiada por um conjunto de instituições, destacando-se: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), além das prefeituras e empresas locais. Também, apoiada nas leis de incentivo à cultura, a UFMG busca recursos financeiros por meio de projetos específicos junto às entidades públicas e privadas. Nesse sentido, estabelecem-se parcerias e projetos interinstitucionais de forma a viabilizar uma série de ações e programas nas áreas da cultura, da arte, do patrimônio material e imaterial. Outros recursos financeiros para funcionamento dos projetos geridos pela UFMG são obtidos por meio de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e com as prefeituras dos municípios das cidades-sede dos projetos.

Escolheu-se realizar este estudo por meio de uma abordagem qualitativa que permitisse a análise descritiva dos dados acerca do Projeto de Alfabetização e Formação Profissional. Além disso, que propiciasse uma análise desde a implementação até o momento, por meio do conteúdo das opiniões emitidas pelos entrevistados, definidos como dados primários do estudo.

Os dados secundários foram levantados para configurar a moldura do projeto estudado. As principais fontes foram o Censo Demográfico do IBGE para caracterização da população fixada no Vale; os estudos do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em especial a pesquisa do Índice de Desenvolvimento Humano, para a identificação das condições de vida da população local; e os documentos internos do

programa concebido e implementado pela UFMG, para melhorar a compreensão das características específicas da iniciativa e escolha do foco dessa investigação.

Dentre os oitenta e cinco municípios compreendidos pelo Vale do Jequitinhonha, foram escolhidos para o estudo de campo da pesquisa: Chapada do Norte, Francisco Badaró e Jenipapo de Minas. Os critérios empregados foram: a necessidade de delimitar a coleta a um espaço físico factível de ser abrangido com os recursos disponíveis; a presença do projeto nos municípios em um período de tempo que permitisse a verificação de resultados; e a seleção de municípios com baixos indicadores socioeconômicos com base nos dados do IDH-m, de modo que a influência do projeto sobre o desenvolvimento local fosse mais visível.

A coleta e análise das informações e opiniões dos agentes sociais locais (moradores, líderes comunitários, professores, alunos e outros representantes) permitiram compreender os problemas sociais que afetavam as comunidades; identificar os resultados do projeto nos municípios; descrever o perfil socioeconômico das pessoas atendidas; diagnosticar os problemas relativos à gestão do projeto; e descrever a evolução do projeto e as opiniões dos entrevistados sobre seus resultados e sua gestão. Procurou-se também realizar um estudo exploratório-descritivo que se propõe a descrever o contexto socioeconômico e ambiental, no qual se insere a iniciativa do Projeto de Alfabetização e Formação Profissional. Em seguida, procurou-se analisar mais detalhadamente os resultados do Projeto nos municípios pesquisados e como os atores sociais diretamente envolvidos expressam opiniões, percepções e avaliações acerca da influência desse projeto no desenvolvimento local.

PERFIL DA AMOSTRA

Em cada município foram aplicados vinte questionários, totalizando-se sessenta questionários, com o intuito de descrever o perfil dos atores sociais locais, características da população.

Dos sessenta, 56% pertencem ao sexo feminino e 44% ao masculino. Portanto, predominam as mulheres nessa população. As entrevistas assinalam que jovens adultos e chefes de famílias tendem a migrar em virtude da carência de ofertas de empregos na região. Além de serem mais numerosas, as mulheres participam mais intensamente das atividades comunitárias seja porque os homens não dispõem de tempo e energia para o trabalho voluntário, seja porque elas buscam um espaço de participação social que lhe acene com alguma possibilidade de melhorar a qualidade de vida.

Pelo mesmo motivo, 70% dos respondentes eram jovens na faixa de 20 a 30 anos de idade. Isso configura que aqueles que permanecem na região visualizam a participação nos projetos do Pólo como uma oportunidade de desenvolvimento pessoal.

As condições de renda e moradia da amostra estudada esclarecem a precariedade. As principais atividades econômicas dos municípios pesquisados são baseadas em sua maioria na produção agrícola de subsistência, predominando os baixos rendimentos. Na região, o que se percebe é a grande concentração fundiária com a preponderância do cultivo do capim colômbio e de grandes plantações de eucaliptos, que comprometem seriamente a fertilidade do solo. Parte dos entrevistados afirma que, sem possibilidades de emprego, a solução é partir para os cortes da cana no sul do país. A profissão mais rentável entre os chefes de famílias entrevistados é a de ajudante de pedreiro. Dentre os entrevistados, 85% possuem moradias localizadas na área urbana com uma grande

carência de infra-estrutura básica. Da amostra, 60% das moradias são alugadas e, na maioria, os aluguéis não ultrapassam R\$100,00.

Em relação às entrevistas sobre o nível de escolaridade, 70% são analfabetos, enquanto que o ensino fundamental ainda está muito abaixo das metas do projeto. No caso dos concluídos no ensino médio (25%), todos os entrevistados afirmam que conseguiram tal êxito nas cidades maiores do Vale do Jequitinhonha ou no Vale do Mucuri. Os entrevistados com nível superior são os gestores do projeto que, representam 5%.

Breve Aporte Teórico sobre Desenvolvimento Local

Os debates sobre modelos de desenvolvimento são marcados pelo questionamento da idéia posta pelos economistas clássicos e neoclássicos, baseada na utilização e na taxa de crescimento dos fatores de produção: capital, trabalho, recursos naturais e tecnologia. Assim, sob esses argumentos, o referencial de desenvolvimento é sempre o modelo capitalista industrial de produção e seus parâmetros de crescimento.

Castro (1996), ao discutir sobre o tema, constata que, embora o desenvolvimento tenha se tornado um dos problemas principais do pós-guerra, os resultados obtidos nas intervenções ficaram muito aquém do prometido pelos desenvolvimentistas. Atualmente, a permanência e, em alguns casos, o aprofundamento das disparidades e crises entre os países centrais e periféricos desafia a linearidade, a homogeneidade e o determinismo daquele referencial.

Na verdade, muitos economistas, segundo Sachs (2000), previam um crescimento das forças de produção, o qual geraria um processo amplo e completo de desenvolvimento econômico; estendendo-se, espontaneamente, para todos os domínios da atividade humana. O que se verificou, entretanto, foi uma crise social que acirrou as desigualdades

de distribuição de renda e desfrute das condições de bem-estar.

De acordo com Brito & Zapata (2004, p.3),

o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local.

No entendimento desses autores, além do aspecto meramente econômico, o paradigma de desenvolvimento local diferencia-se da visão economicista porque articula três eixos: o conceito de desenvolvimento, os mecanismos que favorecem os processos de desenvolvimento e as formas eficazes de atuação dos atores econômicos, sociais e políticos.

Arocena (1995) explica que o desenvolvimento local é um processo onde o social se integra ao econômico. A distribuição de renda e o crescimento econômico adquirem uma dinâmica comum, pois os atores governamentais e privados tomam decisões para o aumento da produtividade e competitividade das empresas; para resolver os problemas locais e melhorar a qualidade de vida da população. Arns (2003, p.15) reitera essa reflexão:

“o modelo econômico neoliberal, atualmente em vigor e ainda hegemônico em nível mundial, que é baseado no princípio da eficiência, no objetivo de maximizar o bem-estar econômico, e na presença do “Estado mínimo” - passa a ser questionado, inclusive pelas Nações Unidas, que tem defendido um novo paradigma de desenvolvimento, centrado no ser humano, e que tem como princípio a equidade, como objetivo a ampliação das

oportunidades e capacidades, buscando o desenvolvimento sustentável”.

De acordo com Kowarick (2001), o crescimento econômico não implica nem produz, necessariamente, o desenvolvimento social. Ao contrário, a experiência latino-americana tem demonstrado que o crescimento da economia, muitas vezes, se realiza às custas do desenvolvimento social ao intensificar a distância entre ricos e pobres. E, Isso parece ser verdadeiro mesmo quando se intenta a planificação do desenvolvimento econômico, sob o controle estatal.

As experiências brasileiras de desenvolvimento econômico planejado, nas últimas décadas, em âmbito nacional e regional, mostram que raramente as mudanças sociais acompanham o ritmo, a direção e a amplitude das mudanças econômicas. Em geral, tem sido elevado o “custo social” imposto à população, quando se colocam em prática os planos e programas econômicos que o poder público apresenta como meios de aceleração do progresso, em sentido amplo.

Segundo Franco (2000, p. 37), “... o desenvolvimento local se apresenta como uma das diretrizes difundidas mundialmente para enfrentar as mazelas da desigualdade, pobreza e exclusão presentes especialmente nos países que compõem a periferia do capitalismo”. Assim, a sustentabilidade do desenvolvimento e a redução da pobreza começam a ser alvo de preocupações, o que têm levado cientistas, lideranças e representações da sociedade global e local a repensar as teorias, as políticas e as estratégias de desenvolvimento econômico.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - define “local” como um espaço que detém uma identidade, uma dinâmica própria e especificidades que mantêm as relações de interdependência com áreas mais vastas. No Brasil, o que se denomina “local” remete à

esfera municipal. É um ambiente que não oferece uma grande variedade de atores, nem as condições de informações e facilidades de comunicação suficientes para garantir os laços entre as diferentes redes sociais, que são fatores importantes para as ações de desenvolvimento.⁴

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES-, o desenvolvimento local é uma estratégia que atravessa os âmbitos empresariais, institucionais e da sociedade civil. Busca construir o “sentido de comunidade local”, inicialmente a partir de uma identidade territorial. Evolui em seguida, para a sustentabilidade dos projetos de ações desenvolvimentistas. Desenvolvimento local é um processo orgânico, um fenômeno humano, portanto, não-padronizado. Envolve os valores e os comportamentos dos participantes; suscita práticas imaginativas, atitudes inovadoras, espírito empreendedor e conclama a adoção de parcerias para mobilizar os recursos e as energias. Isso aponta para diferentes caminhos, segundo as características e capacidades de cada economia, recursos e capital social da comunidade. Portanto, implica recriar modelos de arranjos produtivos, formas de participações solidárias, alternativas de empreendimentos sociais. Significa que as proposições de desenvolvimento sustentável não se sustentam nos mesmos pressupostos que, no passado, confundiam o crescimento econômico com desenvolvimento. Estas implicam alcançar resultados de avanço social e sustentabilidade ambiental, concomitantemente ao incremento da economia.

Segundo Arns et all (2004), a inserção econômica e social das populações carentes é um grande desafio para os governos e sociedade. No entanto, os meios e instrumentos para viabilizar essa inserção são de difícil implementação. Em nível conceitual, estão

surgindo alguns consensos quanto às estratégias que levam nessa direção, como participação, autonomia, descentralização, integração de ações e controle social. No entanto, o desafio maior é transformar em prática essas proposições nas quais se confundem aspectos técnicos e ideológicos.

De acordo com Ávila (2001), os governos têm sido pressionados pela comunidade nacional e internacional, pela sociedade civil organizada e por usuários dos serviços públicos a apresentarem maior eficiência na aplicação dos recursos orçamentários e efetividade nos resultados esperados das políticas e programas sociais. A mesma pressão se faz sobre as organizações não-governamentais que, subvencionadas com recursos estatais de agências multilaterais e da iniciativa privada, transitam entre o campo privado e o público, muitas vezes com pouca clareza sobre sua atuação.

Fischer (2002) ressalta em seus escritos que a preocupação de empresários e executivos, responsáveis pelas decisões estratégicas dos negócios, com a incorporação de uma cultura de responsabilidade social vem sendo um processo longo e gradativo. Enquanto Dowbor (1995) adverte que as possibilidades de atuação de cada governo são condicionadas pela estrutura social e pela organização econômica local. Há uma diferenciação muito grande de cidade para cidade, em função do porte e da complexidade das relações sociais, não só no sentido econômico, mas de representação, participação e decisão. Qualquer política de geração de emprego e renda precisa estar fundamentada na formulação de um projeto de desenvolvimento baseado na realidade local e, em função dela, estabelecer as áreas de trabalho prioritárias.

As reflexões desses autores sinalizam para

⁴ OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – instituição fundada em 1961 em substituição à OECE, cujos objetivos são incentivar o crescimento econômico, o alto nível de emprego e a estabilidade financeira entre os países-membros.

a importância de conjugar as forças advindas de diferentes tipos de organizações; para conceber e implementar uma iniciativa de desenvolvimento local que se pretenda integrado, abrangente e sustentável. De um lado, não se nega a centralidade do papel estatal no que concerne às diretrizes políticas que assegurem os direitos sociais. Mas, com a descentralização administrativa abre-se o espaço para a atuação da sociedade civil organizada, seja através do chamado Terceiro Setor, seja através das formas de atuação social empresarial.

Essa configuração exige aperfeiçoamento de forma e de desempenho. As empresas ainda hesitam em formular estratégias de investimento social. As organizações do Terceiro Setor necessitam desenvolver competências técnicas e gerenciais, assim como os órgãos governamentais precisam superar o excesso de formalismo burocrático que emperra o funcionamento. Superados os restritores desse tipo, é possível construir alianças/estratégias intersetoriais (AUSTIN, 2001; FISCHER, 2002) que asseguram a concretização de programas de desenvolvimento sustentável.

Ao procurar conhecer o funcionamento do Pólo de Integração do Desenvolvimento do Jequitinhonha nessa pesquisa, buscava-se sedimentar com os dados da realidade social concreta esses pressupostos teóricos e conceituais, que sustentam o ideal de justiça e igualdade social aspirado por todos aqueles que acreditam nesse país.

SOBRE O VALE DO JEQUITINHONHA

O nome Jequitinhonha é de origem indígena, na linguagem tupi-guarani: **Jequi** significa “balaio”, artefato que os índios usavam para pescar, enquanto **nhonha** significa peixe. Conforme as histórias do bandeirante João da Silva Santos e do Alferes Julião Fernandes, era comum

ouvir os índios dizerem: vai ver se no “**jequi tem nhonha**”. Daí o nome do rio, do Vale e de um dos municípios da região.

Localizado no nordeste do estado de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha ocupa uma área equivalente a 14% da área total do estado. É formado por três regiões distintas: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha; totalizando 85 municípios. O Vale do Jequi, como é conhecido e denominado afetivamente, apresenta uma população de aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, que convivem com a pobreza e desigualdade social.

Segundo Carvalho (2003, p.61), no Vale do Jequitinhonha os problemas ambientais têm estreita ligação com a fragilidade do ambiente econômico e social da região:

(...) quanto às limitações do quadro natural, esta região tem problemas de seca constante; seus rios são afetados por processos erosivos originados por causas naturais (declividades e características climáticas) e antrópicas (atividades de mineração e agropecuárias). A garimpagem, por exemplo, é feita nos terraços fluviais, provocando o assoreamento dos cursos d'água.

“Cercado por planaltos, serras e chapadas e condicionado à economia extrativa e agricultura de subsistência, o Vale caracteriza-se pela dispersão demográfica” (KOPIT, 1999, p.17), que está associada a baixa oferta local de empregos, ocorrência periódica de secas, ausência de investimento em infra-estrutura e serviços básicos. (MATOS, 2005, p.54).

A região do Vale do Jequitinhonha é caracterizada pelo clima semi-árido e sua vegetação característica é a caatinga. O Médio Jequitinhonha insere-se no Polígono das Secas. Essa é a parte mais crítica da região, pois nela concentram-se as maiores taxas de mortalidade do estado, associadas ao intenso fluxo migratório, pequena oferta de emprego e a menor taxa de urbanização de MG - 40%.

Quadro 1: O Vale do Jequitinhonha em números

Na região identifica-se significativa desigualdade socioeconômica interna, onde pode se verificar a existência de dezesseis municípios com população inferior a 5.000. Representam 6% da população total, os quais são integrantes dos "bolsões de miséria", cujos dados do IDH em 2005 não ultrapassam a média de 0,65%. Na verdade, esses também são os municípios com índices mais baixos de desenvolvimento apontados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD-, cujo grau de desigualdade em relação à renda está sintetizado na tabela a seguir.

Tabela 1: Indicadores de Condições de Vida - Bloco Renda

Municípios do Vale do Jequitinhonha: 2000-2005

Dados	Renda Familiar Per Capita Média					
	(Sal. Min. De set. / 2005)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Vale do Jequitinhonha	0,23	0,51	0,45	0,58	0,61	0,65
Minas Gerais	0,57	1,25	1,60	1,65	1,67	1,67
Brasil	1,16	1,43	1,51	1,67	1,68	1,69

Fonte: Adaptado a partir dos dados PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil – 2005 – Cálculo da Média do Vale do Jequitinhonha.

Conforme dados da tabela 1, no ano 2000, no Vale do Jequitinhonha houve uma queda na renda média, o que representa uma discrepância em relação ao desempenho do estado de Minas Gerais, bem como ao do país. Especialistas afirmam que essa queda se deve à ausência de políticas de geração de renda na região, principalmente no Médio Jequitinhonha,

enquanto outras regiões eram beneficiadas por investimentos públicos e incremento da produção econômica. No ano 2005, os dados melhoram, porém continuam distantes das médias do estado e do país.

O rio Jequitinhonha é diamantífero em toda sua extensão, porém na exploração as empresas utilizam-se de métodos de extração que degradam a qualidade do solo e das águas, contaminando assim o meio-ambiente. Somado a essa degradação, evidencia-se o esgotamento das possibilidades de trabalho e amplia-se o legado de pobreza.

Tabela 2: População Ocupada por Setores no Vale do Jequitinhonha

População Ocupada x Salário Médio: 2004

Setores	População Ocupada	%	Salário Médio (R\$)
Agropecuário	405.980	59,63	290,00
Industrial (1)	10.860	3,14	450,00
Comercial	91.920	26,61	460,00
Transporte	1.170	0,34	440,00
Serviços Públicos	22.630	6,55	480,00
Outros (2)	12.852	3,72	530,00
Total	545.412	100	-----

Fonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estatística e Informações – CEI - 2005

(1) Inclui indústria de transformação, mineração e construção civil
(2) Inclui prestação de serviços militares, atividades sociais e administrativas.

A partir da análise dos dados relativos à população ocupada versus salário médio apresentados na tabela 2, o setor com maior número de habitantes ocupados é o agropecuário (59,63%), em contraste com o setor industrial (3,14%). O baixo nível de escolaridade dos trabalhadores locais, associados à carência de investimentos privados e públicos em setores mais modernos como a indústria e o transporte explicam esse quadro de poucas condições de desenvolvimento. O cenário, brevemente esboçado das condições sociais econômicas e ambientais da região do Vale do Jequitinhonha, justifica a necessidade de intervenções capazes

de mobilizar os atores sociais em torno de projetos que visam estimular o desenvolvimento local.

Nesse sentido, o Projeto de Alfabetização e Formação Profissional foi escolhido em virtude de alguns diferenciais que o caracterizam. O primeiro deles é a presença da universidade pública implementando atividades de extensão, que se propõem a gerar resultados sociais efetivos e eficazes. A esse soma-se o emprego de metodologia participativa, que confere às pessoas o reconhecimento de sua cidadania. O aspecto das diversas ações, coerentes, integra os diferentes tipos de organizações e instituições que constituem o "ethos" social e político da região.

Segundo Paulo Roberto Santos, um dos gestores do projeto,

"ajudar a desenvolver uma região como o Vale, demanda que os projetos e áreas estejam sempre em sintonia, interligados por ações que resultem em melhorias gerais. Por isso a interdisciplinaridade é um aspecto valorizado pelas ações da UFMG. Acima de tudo, é prioridade manter o diálogo constante e intenso entre a universidade, a população e a administração regional".

De acordo com Maria das Graças Antão, que é professora do projeto:

"sabemos que o Projeto da UFMG vem tentando reduzir os problemas de muitos municípios do Vale a partir da parceria com a população, mas o primeiro passo para a redução dos impactos dos problemas mais graves é a prevenção e os demais passos serão dados a partir da conscientização dos moradores".

As ações desenvolvidas pelo projeto são voltadas para a geração de emprego, renda, cultura, meio-ambiente, sustentabilidade, saúde e educação. As escolas da região participam de atividades de educação ambiental e de cidadania, no âmbito de um projeto de conscientização e de formação de agentes

multiplicadores. O Projeto de Alfabetização e Formação Profissional realiza diagnósticos econômico-sociais em diferentes municípios. Os vários projetos de geração de renda, apóiam a criação de alternativas de redução do desemprego da população local.

Trabalhando sempre em parceria com as comunidades, o Projeto, além de fomentar o conhecimento acadêmico, coloca em prática os resultados das pesquisas realizadas na Universidade; estimula o associativismo, melhora o nível de escolaridade e as condições de nutrição dos habitantes. O Projeto utiliza uma metodologia baseada no conceito de desenvolvimento local sustentável. Ele identifica as potencialidades de cada município, investe fortemente em ações de geração de emprego e renda. A participação da comunidade, através de organizações sociais, sindicatos e cooperativas, é considerada essencial para o sucesso dos projetos; provocando conscientização e exercício da cidadania.

A região do Jequitinhonha também se beneficia da Lei de Repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sancionada pelo governo desde 1997, o que significa mais recursos para os municípios do Vale. A lei prevê que as áreas mais carentes do estado sejam beneficiadas com maior volume de recursos.

OS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O Projeto Alfabetização e Formação Profissional no Vale do Jequitinhonha tem como objetivos: contribuir para a formação de alfabetizadores de jovens e adultos, diagnosticar particularidades dos contextos onde os alunos estão inseridos e, sobretudo, disponibilizar material didático para o trabalho nessa modalidade; elaborar diagnósticos que identifiquem perspectivas de desenvolvimento local; realizar seminários de discussão de planos municipais de alfabetização, com vistas a seu aprimoramento, com base nas sugestões das comunidades locais, o objetivando a aplicação

da metodologia a outros universos territoriais; realizar reuniões periódicas com prefeitos municipais, secretários de educação, de planejamento e profissionais da área da educação para discutir o Programa, informar sobre o andamento das atividades e envolvê-los na avaliação e redimensionamento da proposta.

Segundo Nogueira, Rocha e Rodrigues (2004), o processo de alfabetização é concebido a partir das habilidades iniciais de leitura e de escrita. Porém, a proposta visa ampliar as expectativas dos alunos, de forma que eles possam estabelecer relações entre alfabetização, cidadania, e assumir a transformação de suas próprias condições de vida. A proposta dos professores deste projeto é buscar no conceito de alfabetização um modo de justificar o processo de inclusão, aumento das habilidades e chances no mercado de trabalho. O Projeto busca, também, trazer para o processo de alfabetização micro e pequenos empresários, com o propósito de inseri-los no debate sobre a política de desenvolvimento socioeconômico do Vale; o que propicia a articulação desses atores sociais para mobilizarem recursos e condições que viabilizem outros projetos, principalmente os de geração de renda.

Sua proposta é formar multiplicadores, ou seja, formar alfabetizadores, por meio da divulgação e discussão de materiais didáticos e de práticas pedagógicas, bem como elaborar e publicar um diagnóstico regional que possa subsidiar o desenho de potencialidades regionais de inserção de jovens e adultos em atividades produtivas. Dessa forma, o Programa Pólo Jequitinhonha procura promover e garantir fluidez e interdisciplinaridade, que possibilitam obter resultados efetivos na alfabetização e emancipação dos moradores do Vale.

PROBLEMAS E DIFICULDADES APONTADOS

Dentre os problemas mencionados com maior frequência está a preocupação em conceber um processo que traga, intrinsecamente, a

perspectiva de continuidade; não apenas no que diz respeito à sua aplicabilidade em outras áreas ou regiões, mas também no que se refere à inserção social da população alfabetizada em âmbito local. Deseja-se um processo que permita a sedimentação e aplicação dos conhecimentos adquiridos, ensejando a mobilidade social.

A região apresenta elevado número de analfabetos, mas esses dados são também resultantes das grandes dificuldades que as crianças e jovens de alguns municípios encontram para frequentar a escola. Os sofrimentos começam desde o transporte que não existe até a falta de materiais escolares. A maioria caminha pelas estradas de terra durante horas. Nesse contexto, a repetência e a desistência são as conseqüências naturais.

No Vale do Jequitinhonha, a maior taxa de analfabetismo (38%) pertence às crianças na fase escolar, 37% para os jovens, que ainda preferem o trabalho nas lavouras e o restante para as pessoas, com mais de 50 anos. A grande parte dos alunos que participam das aulas nos núcleos do projeto é formada por jovens e adolescentes. Nos núcleos, a infra-estrutura ainda não está adequada e os líderes reclamam, porém procuram novas parcerias.

Rosário, líder comunitária de Virgem da Lapa desabafa:

“é uma tristeza ver aquelas crianças de pés descalços a caminho da escola, durante horas. Chegam cansados, mas chegam, o que não lhes faltam é a boa vontade. Os materiais escolares fornecidos pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura e Desporto) nunca chegam para a maioria desses municípios”.

Por outro lado, os(as) professores(as) voluntários(as), na sua maioria, mulheres, sem formação adequada, que fazem grandes sacrifícios para conseguir ensinar às crianças as primeiras letras. Esses(as) professores(as) vivem em condições tão precárias quanto seus alunos. Precisam contar com a ajuda de fazendeiros locais para ganhar “uma carona” e chegar às escolas. Outro questionamento frequente em

relação ao projeto é decorrente da falta de oportunidades de emprego nesses municípios, como em todo o Vale, onde a maioria dos alunos alfabetizados não consegue uma colocação regular e formal. Daí a desilusão que se propaga.

Marcos Santana, professor, diz que:

o problema é que a qualificação profissional por si mesma não é um passaporte seguro para o emprego, mas é sua pré-condição cada vez mais obrigatória. O desafio aqui é o da constituição de bases sólidas para a elaboração de um programa de qualificação profissional como direito, isto é, universal, gratuito, de qualidade e formador de uma cidadania crítica.

João Carlos Portela, secretário de educação aponta:

o programa de qualificação profissional deverá estar integrado ao da educação básica de jovens e adultos, para potencializar as condições técnico-formais de acesso ao emprego e sucesso no trabalho. Também deverá se pautar num conhecimento mais científico dos diferentes atributos do mercado de trabalho no Vale e seu entorno, de modo a maximizar oportunidades de emprego.

Outro problema que permeia o projeto são os jovens que trabalham nas carvoarias, nas mineradoras, madeireiras, nas plantações de sisal, nas olarias, sem nenhuma proteção contra acidentes, doenças e riscos sociais. As mães alegam que os filhos precisam ajudar no orçamento da casa e a questão do emprego infantil torna-se um dilema insolucionável.

Segundo Sílvia Regina, moradora da zona rural de Jenipapo de Minas:

as autoridades precisam nos ajudar a retirar essas crianças do trabalho escravo e perigoso e obrigar os pais a colocá-los na escola, pelo menos parte do dia.

Segundo Jacó Francisco, líder da comunidade do Cipó em Francisco Badaró, o problema está nas empresas imunes, que agem sem nenhum

freio de responsabilidade social e estão fora do controle ou fiscalização por parte do Estado. Segundo ele, fatos como esses determinam as formas atuais de dominação, que bloqueiam o processo de desenvolvimento da região. Por fim, a dificuldade do projeto também reside na produção e disseminação do material didático, que possa/pode contribuir, tanto para as crianças quanto para os adultos envolvidos.

SOLUÇÕES E SUGESTÕES

Os gestores do projeto fizeram um delineamento das potencialidades da região, de pontos de estrangulamento que dificultam a exploração de tais potencialidades, tais como: péssimas condições de transporte, emprego infantil, causas das migrações, produção e disseminação do material didático. Esses diagnósticos foram analisados e discutidos com a participação de grupos locais interessados em fazer do projeto um elemento de alavancagem de desenvolvimento na região.

No primeiro momento, a proposta foi de buscar adequar ações, visando o desenvolvimento regional com a participação da população da região em todas as etapas dessas estratégias. A primeira solução foi a aquisição de um ônibus para cada um dos municípios com os recursos dos parceiros, das prefeituras e dos fazendeiros locais, já que muitos alunos são parentes ou trabalham nas propriedades destes.

Em relação à erradicação do trabalho infantil, pesquisadores da UFMG realizaram um levantamento dos casos e suas análises, apresentando um relatório às autoridades federais, com recomendações expressas para extinção do trabalho infantil na região.

A curto prazo, recomendam oferecer transporte escolar gratuito e instituir programa de bolsa-escola nesses municípios; assegurar a oferta de merenda escolar às crianças; dar treinamento de trabalho para os adolescentes, com esclarecimentos sobre os riscos para a saúde na atividade carvoeira e medidas básicas de

proteção; fazer da escola um centro de discussão e troca de experiências sobre o trabalho infantil. A médio prazo, recomendam estudar maneiras de melhorar o processo de produção do carvão vegetal e garantir condições de segurança para os trabalhadores; abolir os riscos para a saúde; tornar obrigatória a assistência médica integral e de qualidade às famílias de carvoeiros; adequar os currículos escolares na região para que se incorporem as experiências de vida dos pequenos carvoeiros nos cursos normais.

A respeito da produção e disseminação do material escolar, a solução foi fazer parceria com as escolas dos demais municípios vizinhos e mais desenvolvidos, de forma a criar uma rede de doação de livros, jornais, revistas e publicações em geral, ligando as próprias instituições de ensino locais. Outra alternativa foi a criação de um jornalzinho da comunidade pelos professores, com notícias, anúncios, reclamações e algumas informações sobre o comércio local. Esse jornalzinho da comunidade tornou-se o veículo mais lido pelos alunos. As escolas também recebem, semanalmente, da prefeitura, um número do jornal Estado de Minas. Os professores disponibilizam-no para todos os alunos para que se interessem pela leitura. Alguns levam para casa e os pais, de uma forma ou de outra, têm acesso a alguma leitura. Todos os materiais devem ser bem conservados e devolvidos para atender a toda a demanda, criando um fluxo de circulação de publicações que energiza a comunicação da comunidade.

Dessa forma, muitas propostas estão sendo estudadas, algumas já foram implementadas e já estão dando resultados. A idéia é gerar condições para que se possa aproveitar o patrimônio humano e institucional do Vale, para somar forças e, assim, criar um ambiente que opere de forma articulada; e para facilitar a indução à atividade econômica formal. É assim que se pretende garantir educação para todos, acelerar o desenvolvimento econômico da região, incorporar a capacidade produtiva de todos os

cidadãos e promover a fixação das famílias no Vale.

OS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Como forma de avaliar esse e outros projetos, a equipe da UFMG se reúne a cada quinze dias para refletir sobre os rumos do projeto. Segundo o Coordenador,

avaliamos parceiros, colaboradores e voluntários com o propósito de se saber para onde estamos caminhando. Até hoje os frutos são muito bons. Existem os problemas, mas preferimos olhar para lado bom da educação. Tivemos grandes avanços, hoje os próprios moradores é que são nossos críticos. Isso significa que aprenderam a cobrar o certo e o melhor.

Essas avaliações direcionam a continuidade do projeto alfabetização e ampliação de habilidades de leitura e de escrita para a qualificação profissional, visando à inserção dessa população em atividades produtivas locais e regionais. Segundo informações obtidas, além do processo de educação continuada, pretende-se ampliar as possibilidades de atuação dos alfabetizadores, a socialização do trabalho desenvolvido nos municípios, a disponibilização, ao longo e/ou ao final do processo, do material desenvolvido nas atividades.

Os atores sociais entrevistados vêem o projeto de forma muito positiva nesses municípios. Ressaltam que seus municípios recebem, pelo período de três a seis meses, dois alunos da universidade que estejam no último ano de seus respectivos cursos, para prestar atendimento à comunidade e trocar conhecimentos com estudantes de outras áreas, de forma voluntária.

Alguns depoimentos colhidos na pesquisa sublinham essa satisfação:

as coisas estão melhorando, estou aprendendo a ler e escrever o que aumenta as minhas chances de arrumar um bom emprego e ajudar a minha família. (Gustavo, 19 anos)

estou aprendendo muita coisa que eu não sabia... é tudo muito novo... os professores têm paciência com todo mundo.... já sei assinar o meu nome e meu marido também. (Rita dos Santos - Estudante)

"a compra dos ônibus foi muito boa, antes, eu saía de casa às 8 horas, mas só chegava à escola às 11 horas". Na volta, chegava em casa bem tarde, pois tinha que caminhar seis quilômetros. (Ana Claudia Azevedo, de 16 anos)".

"Uma das vantagens do curso é a possibilidade de aprender a ganhar a vida na própria zona rural, o que ajuda conter as migrações". (João Carlos, professor).

"Os resultados são animadores, pois estamos conseguindo reduzir a evasão escolar e tentando colocar em sala de aula muitos alunos que antes estavam trabalhando como escravos". (João Carlos Portela, secretário municipal)

"quem mais ganha com esse projeto são moradores que passam a ter esperança, pois vêem os filhos caminhando no rumo certo." (Maria Joaquina do Rosário - líder comunitária)

"Dá gosto ver os jovens todos arrumadinhos tomando o rumo da escola, dá gosto ver o município desenvolvendo e todos ajudando uns aos outros, mas devemos agradecer sempre as pessoas, professores da UFMG, empresas, todos que estão contribuindo". (Zilá Ferreira, moradora de Jenipapo de Minas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das ações sociais de desenvolvimento local constituem poderosos instrumentos de inclusão social. Despertam o incentivo ao empreendedorismo por meio das parcerias com o poder público, lideranças e sociedade organizada. Criam, assim, um ambiente favorável a novos empreendimentos, gerando ocupações produtivas de forma sustentável que permitem a fixação da população e a esperança no futuro melhor.

Desenvolvimento local é um processo orgânico não padronizado, que envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Esse modelo suscita práticas e valores individuais, atitudes inovadoras, espírito empreendedor. Ele afirma a necessidade de adoção de parcerias e

alianças para mobilizar os recursos existentes, segundo as características e capacidade de cada economia e de cada comunidade local.

A participação do poder local é condição necessária para o êxito de projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável. Esse modelo de desenvolvimento exige a combinação de esforços exógenos e endógenos, governamentais e não-governamentais, públicos e privados. O Estado, o mercado e a sociedade civil devem atuar em sinergia para que produza algo de realmente novo em termos de desenvolvimento. A participação do governo local e outros níveis de governo também deverão ser objeto de detida atenção. Será importante avaliar as articulações intergovernamentais utilizadas, fixando, assim, os reais limites e possibilidades de intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento econômico. O entendimento desse papel é vital para o desenho de processos participativos e democráticos de intervenção, onde somente com a mobilização dos atores sociais é que se ultrapassa as instâncias estatais.

Cabe ressaltar que a sustentabilidade do processo de desenvolvimento local deve ser promovida e garantida pelos membros das comunidades envolvidas, dos princípios adotados pelo projeto e, principalmente, pela decisão de cada cidadão de se tornar agente das mudanças necessárias para promover a melhoria de suas condições de vida. Também, vale lembrar que promover o desenvolvimento local não significa que, em um dado momento ou período, localidades que vivem em situação de pobreza darão um salto para o desenvolvimento; mas sim que a conscientização e o aumento da capacidade dos habitantes de influir nas decisões públicas pode, progressivamente, lograr esse objetivo.

O Brasil convive historicamente com grandes desigualdades sociais e desníveis inaceitáveis de desenvolvimento. O próprio progresso material das últimas décadas contribuiu para o acirramento dos problemas sociais em âmbito local, que se somam às deficiências gerais, que esperam as promessas de implantação de grandes soluções.

A situação de pobreza extrema, que perdura há tantas décadas no Vale do Jequitinhonha, vem justificando a alocação de recursos ao longo dos anos, tanto por parte do governo quanto de agências multilaterais, fundações, entidades filantrópicas e organizações não-governamentais, na implementação de projetos, que, conforme foi descrito, geram resultados positivos. Carecem, entretanto, dos elementos necessários para alcançar escala e sustentabilidade. A complexidade de analisar a realidade de uma região como o Vale do Jequitinhonha, na qual se tem a dificuldade de buscar elementos, informações e identificar as potencialidades, aponta para a necessidade de somar forças e, assim, criar um ambiente cooperativo, que promova a capacidade produtiva local.

O acúmulo de experiências da UFMG na gestão dos projetos constituintes do Pólo tem demonstrado que o sucesso depende, em grande parte, da colaboração entre os setores público e privado, do envolvimento direto das comunidades locais de uma maneira participativa e do uso de tecnologias inovadoras como catalisadoras da mudança.

Na avaliação do projeto estudado nessa pesquisa, identificou-se a percepção positiva dos atores sociais sobre a responsabilidade social pelas organizações participantes; revelou-se um alto grau de interesse pelo voluntariado e pela participação da comunidade. Os frutos já podem ser vistos tanto a partir do diagnóstico do nível de alfabetização já alcançado entre todas as idades, como a inserção de jovens e adultos em atividades produtivas.

Assim, pode-se afirmar que a inserção e investimento da Universidade nesse projeto representam não apenas uma forma de democratização do ensino, mas, também, de ampliação e/ou afirmação de seu compromisso social, tanto do ponto de vista da formação de multiplicadores do ensino, quanto da produção de materiais didáticos e da constituição de oportunidades de qualificação profissional, com base no perfil produtivo regional e local, visando garantir

o acesso das classes mais carentes à cidadania.

REFERÊNCIAS

- ARNS, Paulo César et al. **Desenvolvimento Institucional e Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local**. Brasília: BNDES – PNUD - Série Cadernos Técnico, 2003.
- AROCENA, José. **El desarrollo local, un desafío contemporáneo**. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.
- AUSTIN, James. **O Desafio das Alianças**. São Paulo: Futura, 2001.
- ÁVILA, Patrícia. **A Inovação em Portugal**. Oeiras: Celta, 2001.
- BRITO, Socorro & ZAPATA, Tânia. **Equidade de Gênero e Desenvolvimento Local**. Brasília: Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2004.
- CARVALHO, Ailton Mota de. **Reflexões sobre a sustentabilidade em condições de pobreza**. In Revista Cerrados. Montes Claros, v.1, n. 1, jan./dez. 2003.
- CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. **Boletim Informativo Anual**. Vol. 02. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
- DOWBOR, Ladislau. **Requisitos para um Projeto de Desenvolvimento Local**. São Paulo: DICAS nº 53, 1995.
- FISCHER, Rosa Maria. **O Desafio da Colaboração**. São Paulo: Editora Gente, 2002.
- FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Agência de Educação para o desenvolvimento, 2000.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – Centro de Estatísticas e Informações. **Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste**. Belo Horizonte: 2004.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: Centro de Documentos e Disseminação de Informações – CDDI, 2001.
- JARDIM, Maria Nelly Lages. **O Vale e a Vida**. Belo Horizonte: Armazém de idéias, 1998.
- KOPIT, Samy. **Jequitinhonha: estagnação ou pobreza**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. **Política Social e Combate à Pobreza**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MATOS, Ralfo. **Migração e Urbanização no Brasil: Processos de Concentração e Desconcentração Espacial e o Debate Recente**. Cadernos do Leste. Belo Horizonte: IGC/LESTE, v.6, jan. 2005.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel; ROCHA, Gladys; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. **Programa de Alfabetização e Formação Profissional no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Anais do 7º Encontro

de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais.
12 a 15 de Setembro de 2004.

PEREIRA, Leopoldo. **A Ocupação do Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SILVA, Jose Ultemar da. **Pobreza e Políticas Sociais no Vale do Jequitinhonha**. XI Seminário de Economia Política, PUC-SP, 2001.

SACHS, Jeffrey. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Programa & Projetos**. Disponível em <http://www.ufmg.br/proex/arquivos/Programas&Projetos>- Acesso em 12/10/2006.